

ADRIANA DE FATIMA CIPRIANO – 489769470-0 – 25164791
 ADRIANA DOS SANTOS SILVA – 47210970-4 – 24816663
 ADRIANA MARTINS LEITE – 34885737-8 – 26518309
 ADRIANO AMARO GONCALVES – 52247276-X – 26748940
 ADRIANO AUGUSTO BASSORA – 45968757-8 – 24238511
 ADRIANO AUGUSTO DINIZ DOS SANTOS – 49187793-6 – 24072214
 ADRIANO BOZZO LORENCINI – 33559048-2 – 24644374
 ADRIANO DOS SANTOS ANUNCIACAO – 43014860-4 – 26249510
 ADRIANO FELICIANO DE SOUZA JUNIOR – 44290329-7 – 24269484
 ADRIANO FERRAZ DA SILVA – 40592170-6 – 24600628
 ADRIANO FERREIRA SILVA – 47287918-02 – 24764655
 ADRIANO FIDENCIO OLIVEIRA – 47874126-1 – 25093649
 ADRIANO GOMES SILVEIRA – 49418687-2 – 24817600
 ADRIANO HENRIQUE CORREA LINO – 44849397-4 – 26290235
 ADRIANO INACIO DO NASCIMENTO COSTA – 15819793-0 – 24592170
 ADRIANO JUNIO VILAS BOAS BARBOSA – 14182072-0 – 24535532
 ADRIANO MARCOS GOMES – 40958318-2 – 26657694
 ADRIANO MORAES SANTOS – 10715174-5 – 26827379
 ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA – 39998516-5 – 26838796
 ADRIANO PEREIRA – 45635518-2 – 24666912
 ADRIANO PEREIRA DA SILVA – 45324876-7 – 26637111
 ADRIANO PEREIRA DE ALMEIDA – 39479036-4 – 25998471
 ADRIANO PINHEIRO CARVALHO – 46308834-7 – 25606476
 ADRIANO ROCHA SARDINHA – 42964459-0 – 24484784
 ADRIANO SANTOS DE SOUZA – 42069029-3 – 26525950
 ADRIANO VASCONCELOS DIODATO – 53090368-4 – 25550438
 ADRIANO WENDELL DA SILVA SEABRA MELO – 53164289-6 – 25458248
 ADRIEL CARLOS MARTINS SILVA – 57164449-1 – 24685267
 ADRIEL CARSETE DOS SANTOS – 46254978-1 – 23975148
 ADRIEL DE MENEZES PEREIRA – 50061029-0 – 23865920
 ADRIEL GONCALVES SILVA – 536497485-0 – 25965255
 ADRIEL NUNES DE SOUZA MORAIS – 19136721-0 – 25193244
 ADRIEL PINTO FERREIRA – 53578403-X – 24901725
 ADRIELE FERNANDA DE ALMEIDA FEKETTE – 47664975-4 – 23936436
 ADRIELLE DOS REIS HERNANDES – 53811588-9 – 25144618
 ADRYELE DA SILVA RENNÉ – 27835630-8 – 24587672
 ADSON OLIVEIRA FONSECA – 38266391-3 – 26147904

=====

==== TOTAL DE CANDIDATOS APROVADOS.....60

Data: 10-8-18, às 07h00

AERLON COELHO DE SOUZA – 41868579-4 – 24587834
 AFONSO HENRIQUE DE OLIVEIRA – 54620958-0 – 26032902
 AGEU RODRIGUES DE ALMEIDA – 49477636-5 – 25555898
 AGNES CORDEIRO DA SILVA – 47232953-4 – 26637855
 AGNES SCHNEIDER – 40077736-8 – 23855037
 AGOSTINHO PERES DA VEIGA – 41276738-7 – 24133175
 AGUINALDO DE ALMEIDA CARVALHO NETO – 15176790-0 – 26422727
 AILA EVANGELISTA DE FREITAS – 52019877-3 – 24590584
 AILTON DE OLIVEIRA SOUZA – 40442575-6 – 26157608
 AILTON OLIVEIRA DA CRUZ – 48423217-4 – 25153498
 AILTON PEREIRA SANTOS JUNIOR – 50662794-9 – 23846593
 AINGA RODRIGUES SUAREZ BENEDITO – 54398907-0 – 26042134

=====

==== TOTAL DE CANDIDATOS APROVADOS.....12

Comunicado DP – 732/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante da decisão proferida pelo Juiz de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que julgou procedente o pedido nos autos do Procedimento Comum, Processo nº 1021820-74.2015.8.26.0053, declara, para fins de regularização, que o candidato JAMES DEAN FERREIRA BRAN-
 DÃO, RG 57.847.772-5, INSC 9905029147, permanece excluído do concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-3/321/14, conforme publicação no Diário Oficial do Estado nº 182, de 30-9-15, em razão de ter sido considerado inapto na etapa dos Exames Psicológicos.

Comunicado DP – 733/312.1/18

Em cumprimento à sentença proferida pelo Juiz de Direito da Terceira Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que julgou procedente o pedido nos autos do Procedimento Comum, Processo nº 1006434-96.2018.8.26.0053, a Diretora de Pessoal reserva vaga ao candidato DENISON DOS SANTOS, RG 52.133.773-2, INSC 9903132765, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-5/321/14.

Comunicado DP – 734/312.1/18

A Diretora de Pessoal, diante do Acórdão proferido pela Sexta Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal Justiça de São Paulo, em sede de retratação, concedeu a segurança nos autos de Apelação, Processo nº 0008775-25.2012.8.26.0053, declara, para fins de regularização, que o candidato LUIZ HENRIQUE FREI CAMARGO FILHO, RG 25.811.977-9, INSC 9906383734, permanece empossado no cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/11, conforme publicação no Diário Oficial do Estado nº 227, de 5-12-12.

Comunicado DP – 737/312.1/18

Em cumprimento ao Acórdão proferido pela Sétima Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao recurso interposto pela Fazenda Pública de São Paulo nos autos de Apelação, Processo nº 1006112-21.2016.8.26.0482, a Diretora de Pessoal convoca o candidato CARLOS HENRIQUE SOEIRO DE OLIVEIRA, RG 58.788.757-6, INSC 9903028550, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-5/321/14, a comparecer em 9-8-18, às 07h00, no Centro Médico da Polícia Militar, sito na Av. Nova Cantareira, nº 3.659, Bairro Tremembé, São Paulo/SP, para a realização de EXAMES MÉDICOS, nos termos do item “12”, Capítulo XX do referido Edital.

Comunicado DP – 740/312.1/18

Em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que concedeu a tutela de urgência nos autos do Procedimento Comum, Processo nº 1031176-88.2018.8.26.0053, a Diretora de Pessoal reinclui o candidato LUIZ HENRIQUE DA LUZ GARCIA, RG 48.749.423-4, INSC 9915876616, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-3/321/17, e o convoca a comparecer no Complexo Administrativo PM, sito na Av. Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, Bairro Canindé, São Paulo/SP, em 24-8-18 e 27-8-18, às 07h00, para a realização das etapas dos EXAMES PSICOLÓGICOS, bem como nos dias 14-9-18 e 21-9-18, às 08h00, para a realização das etapas AVALIAÇÃO DA CONDUTA SOCIAL, DA REPUTAÇÃO E DA IDONEIDADE e ANÁLISE DE DOCUMENTOS.

Comunicado DP – 741/312.1/18

Em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da Décima Terceira Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que deferiu a tutela emergencial nos autos do Procedimento Comum, Processo nº 1032946-19.2018.8.26.0053, a Diretora de Pessoal reinclui o candidato FELIPE AMORIM MATIAS, RG 41.330.861-3, INSC 9915933920, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-3/321/17, e o convoca a comparecer no Complexo Administrativo PM, sito na Av. Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, Bairro Canindé, São Paulo/SP, para a realização das etapas de AVALIAÇÃO DA CONDU

SOCIAL – DA REPUTAÇÃO E DA IDONEIDADE e ANÁLISE DE DOCUMENTOS, em 14-8-18 e 21-8-18, às 08h00.

Comunicado DP – 742/312.1/18

Em cumprimento à decisão proferida pela Segunda Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que concedeu a medida pleiteada nos autos do Agravo de Instrumento, Processo nº 2152298-16.2018.8.26.0000, a Diretora de Pessoal reinclui o candidato FERNANDO SALOMÃO PILAN, RG 37.093.432-5, INSC 9914108488, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-3/321/17, e o convoca a comparecer no Complexo Administrativo PM, sito na Av. Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, Bairro Canindé, São Paulo/SP, para a realização das etapas de AVALIAÇÃO DA CONDU

SOCIAL, DA REPUTAÇÃO E DA IDONEIDADE e ANÁLISE DE DOCUMENTOS, em 14-8-18 e 21-8-18, às 08h00.

Comunicado DP – 751/312.1/18

Em cumprimento ao Acórdão proferido pela Quarta Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento parcial ao recurso nos autos de Apelação, Processo nº 1003612-08.2016.8.26.0053, a Diretora de Pessoal reinclui o candidato JULIO CESAR SIMON JUNIOR, RG 48.303.02, INSC 9905267951, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM de 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/15, e o convoca a comparecer no Complexo Administrativo PM, sito na Av. Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, Bairro Canindé, São Paulo/SP, para a realização das etapas de INVESTIGAÇÃO SOCIAL e ANÁLISE DE DOCUMENTOS e TÍTULOS, em 14-8-18 e 21-8-18, às 08h00.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Centro de Cadastro e Registro de Pessoal
 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 CONCURSO PÚBLICO PARA A CLASSE DE AGENTE DE ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA (SEXO MASCULINO) (ref. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES E INSTRUÇÕES ESPECIAIS 154/2014)
 EDITAL CCP-134 DE 3-8-2018
 REINCLUSÃO DO CANDIDATO NA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA (CUMPRIMENTO A DEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA)

(candidato considerado inapto em perícia e em junta médica realizadas pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME)

A COMISSÃO DE CONCURSO (constituída no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração Penitenciária pela Resolução SAP 160/2014, publicada no DOE de 13-11-2014), com base no disposto no Edital 154/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 14-11-2014), rerratificado por meio do Edital 162/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 02-12-2014) e do Edital 168/2014 (publicado no Diário Oficial do Estado em 9-12-2014), que se referem ao Concurso Público para o cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (sexo masculino) à vista do despacho datado de 13-7-2018, da 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no Agravo de Instrumento nº 2140677-22.2018.8.26.0000, oportunidade em que foi proferida a seguinte decisão: “deferida a antecipação da tutela recursal pretendida até o exame do mérito” REINCLUI o candidato adiante mencionado na Classificação Prévia (Lista Geral e Lista Especial), ou seja, o candidato retorna à Classificação Prévia (na Lista Especial e na Lista Geral) divulgada por meio do Edital nº 069/2018 (publicado no DOE de 11-04-2018).

NOME – INSCRIÇÃO – DOCUMENTO – NOTA – CLASSIF. PRÉVIA
 (lista geral) – CLASSIF. PRÉVIA
 (lista especial) – SITUAÇÃO
 ROGERIO DE MARCHI – 0119228-0 – 278418193-SP – 64,000 – 20ª – 3.159ª – Antec. tutela
 E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI

UNIDADE: CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
 CARGO: MÉDICO I
 ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA
 EDITAL Nº 063/2018
 INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO
 O CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI, da Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, e considerando o estabelecido em Edital de Abertura de Inscrição do presente certame, TORNA PÚBLICO O INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO DE nº 01, do Processo Seletivo Simplificado para a classe de MÉDICO I – ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA, por deixar de atender o estabelecido em item 2.2, subitem 2.2, do Capítulo III, do Edital de Abertura de Inscrições, e de nº 02, do Processo Seletivo Simplificado para a classe de MÉDICO I – ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA, por deixar de atender o estabelecido em item 1, subitem 1.11, do Capítulo III, do Edital de Abertura de Inscrições.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
 UNIDADE: CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI
 CARGO: MÉDICO I
 ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA
 EDITAL Nº 64/2018
 ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Unidade supracitada, autorizada pela Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as determinações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 26/03/2018, publicado no D.O.E. de 27/03/2018, objetivando suprir necessidades de pessoal perante a contingência que desgarra da normalidade das situações cujo atendimento do serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 05 (cinco) CONTRATAÇÃO(OES) POR TEMPO DETERMINADO - CTD (sendo, 04 para ampla concorrência e 01 para candidato com deficiência) no cargo de MÉDICO I, ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
 1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa – UCRH nº 02/2009.
 2 - As inscrições serão recebidas no período de 13/08/2018 à 17/08/2018 das 08:00 às 17:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados), na unidade detentora do certame, sito à Rua: Voluntários da Pátria, 4.301 – Mandaqui – São Paulo/SP – Gerência de Recursos Humanos – Núcleo de Recrutamento e Seleção.
 3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar, pelo período de até 12

(doze) meses, ou até que os cargos correspondentes sejam providos, respeitando o limite estabelecido no Padrão de Lotação.

4 - Os vencimentos iniciais referentes ao cargo de MÉDICO I, ESPECIALIDADE: NEUROCIURURGIA em Jornada de 24 horas semanais de trabalho, estabelecida pela Lei Complementar nº 1.193/2013 correspondem a R\$ 3.291,30 (Três mil duzentos e noventa e um reais e trinta centavos) e demais vantagens pecuniárias, acrescido do Prêmio de Produtividade Médica no valor de ATÉ R\$ 4.160,70 (Quatro mil cento e sessenta reais e setenta centavos), conforme legislação vigente.
 II - DAS ATRIBUIÇÕES
 1 - São atribuições do cargo:
 1.1 - Realizar exames físicos e clínicos dos pacientes da emergência;
 1.2 - Prestar assistência médica a paciente de baixa, média e alta complexidade com atendimento a qualquer paciente dentro de sua especialidade, em qualquer dependência do hospital, a qual será priorizada de acordo com as diretrizes gerenciais definidas pela Direção da Unidade;
 1.3 - Diagnosticar afecções de natureza neurocirúrgica;
 1.4 - Solicitar exames complementares;
 1.5 - Prescrever medicações;
 1.6 - Realizar intervenções cirúrgicas, prestando cuidados pré e pós operatório;
 1.7 - Orientar pacientes e seus familiares.
 1.8 - Dependendo das necessidades, participar das atividades da enfermaria, tais como: visita com os residentes, participação das reuniões neurroradiológicas, ambulatório e cirurgias eletivas

III - DAS INSCRIÇÕES E SEUS REQUISITOS

1 - São requisitos para inscrição:
 1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;
 1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, “a”, da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;
 1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, “b”, da Constituição Federal) deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;
 1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.
 1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;
 1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;
 1.4 - Possuir 18 anos completos;
 1.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral;
 1.6 - Ter boa conduta;
 1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;
 1.8 - Possuir Graduação em Medicina;
 1.9 - Possuir registro no Conselho Regional de Medicina;
 1.10 - Possuir declaração de comparecimento e realização do Exame do CREMESP (somente candidatos graduados a partir de 2015), conforme Resolução SS-123, de 01/12/2015;
 1.11 - Possuir certificado de conclusão de Residência Médica em Programa credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), na Especialidade para a qual concorre OU Título de Especialista emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB) na Especialidade para a qual concorre;
 2 - No ato da inscrição, o candidato ou seu procurador deverá preencher a ficha de inscrição, apresentando:
 2.1 - Originais e cópias de Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (caso não possua a numeração identificada no RG) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH vigente e com foto ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, quando for o caso, a fim de receber o PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado;
 2.2 - Currículo, conforme modelo anexo, com documentos comprobatórios;
 2.2.1 - Não haverá devolução dos currículos entregues pelos candidatos;
 2.2.2 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente o conteúdo declarado no currículo cujo documento comprobatório seja entregue e que esteja dentro das especificações contidas no Capítulo VI deste edital.
 3 - Não será realizada a inscrição de candidato que não apresentar os documentos exigidos no subitem “2.1” acima.
 4 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do “nome social” para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.
 5 - No caso de inscrição por procuração, deverá ser apresentado o original do instrumento do mandato devidamente registrado em cartório e cópia simples, a qual ficará retida na unidade, e o RG original do procurador.
 6 - A não comprovação dos requisitos constantes no item “1” e seus subitens, deste Capítulo, na ocasião da escolha de vagas, implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos decorrentes da sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
 6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;
 6.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, inclusive carteiras funcionais;
 7 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou via Internet e nem fora do prazo previsto neste edital.
 IV - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
 1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/10/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.
 2 - O candidato com deficiência deverá declarar na Ficha de Inscrição o tipo de deficiência, devendo ainda:
 2.1 - Apresentar, no ato da inscrição, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10;
 2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior, a contar do início da inscrição, será de 02 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 01 (um) ano nas demais situações.
 3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no Capítulo II deste edital;
 3.1 - Conforme estipulado no item “6” do Capítulo X deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde. Caso seja verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

5 - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá exaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.

6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

V - DA ANÁLISE CURRICULAR

1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise Curricular, conforme modelo anexo;
 1.1 - A Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório.
 VI - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO CURRÍCULO
 1 - Ao currículo serão atribuídos até no máximo 20 (vinte) pontos, na seguinte conformidade:
 1.1 – Curso: ATLS – Suporte Avançado de Vida ao Trauma VALOR: 1,0 ponto;
 1.2 – Participações em Conferências, Congressos, Simpósios, Palestras, Seminários, Workshop, na especialidade para qual concorre (nos últimos 5 anos):
 Valor unitário: 0,25 pontos por evento
 Valor Máximo: 1,00 ponto
 1.3 - Publicação de artigo, monografias ou participação como palestrante ou congressista (nos últimos 05 anos)
 Valor unitário: 0,25 pontos por evento;
 Valor máximo: 1,00 ponto.
 Comprovaentes: Certificado/declaração de participação do evento/curso.
 1.4 - Experiência profissional na especialidade para qual concorre.
 Valor unitário: 1,50 ponto por ano (doze meses completos e não cumulativos).
 Valor máximo: 15,00 pontos.
 1.5 – Curso (s) de Especialização referente à especialidade para qual concorre, (diferente daquela certificação solicitada como condição de inscrição)
 Valor máximo: 2,00 pontos.
 a) No caso de servidores, o atestado ou a declaração pública deverá ser assinado pelo Diretor da Unidade em papel timbrado, da instituição na qual o servidor se encontra atualmente subordinado, com os respectivos carimbos, relacionando todas as atividades desempenhadas;
 b) No caso de não servidores, terá que ser apresentado obrigatoriamente, o atestado ou a declaração assinada pelo responsável legal da instituição, em papel timbrado da empresa ou com declaração da razão social relacionando todas as atividades desempenhadas ou registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 c) No caso de profissional AUTÔNOMO o atestado ou a declaração informando o período e a espécie do serviço realizado, que deverá ser assinada pelo próprio profissional, mediante apresentação de comprovante/recibo de prestação de serviços, ou comprovante de pagamento da Previdência Social ou (RPA), atestando a respectiva experiência e tempo de serviço na especialidade conforme as atribuições do cargo:
 2 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

VII - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 05 (cinco) pontos na avaliação curricular.
 2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.
 3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.
 4 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.
 VIII - DO DESEMPATE
 1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pela ordem: 1.1 - Maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
 1.2 - Maior idade (até 59 anos);
 1.3 - Escolaridade mais compatível em relação à atividade a ser desempenhada, quando cabível;
 1.4 - Maior tempo de experiência em relação ao cargo / especialidade / área de atuação;
 1.5 - Maior grau de escolaridade;
 1.6 - Maiores encargos de família;
 1.7 - Sido jurado (cópis 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;
 1.7.1 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;
 1.7.2 - O candidato deverá informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
 1.7.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;
 1.7.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da escolha de vaga, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
 2 - Em caso de permanência do empate, os candidatos empatados serão convocados pelo órgão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursospublico.sp.gov.br), a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;

IX - DOS RECURSOS

1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.
 2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, em duas vias (original e cópia), entregues e protocolados na unidade no horário das 09:00 às 16:00, conforme modelo contido no site da Coordenadoria de Recursos Humanos, http://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/homepage/acesso-rapido/concurso-publico-e-processo-seletivo/candidato/, o qual também poderá ser retirado e preenchido junto à unidade detentora do certame;
 2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato,



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 4 de agosto de 2018 às 01:44:27.

para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) o resultado da solicitação do candidato.

3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste edital ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Decorrido o período estabelecido para recurso e publicação das decisões emanadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, a unidade publicará a Classificação Final.

2 - A partir da edição da Classificação Final, a convocação para a escolha de vagas será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e notificada por e-mail, conforme endereço informado na ficha de inscrição pelo candidato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

3 - A unidade detentora do certame não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereço eletrônico não informado, informado de forma ilegível, incompleto, incorreto, não atualizado pelo candidato ou decorrentes de falhas no recebimento de e-mail, quaisquer que sejam as causas.

4 - O envio de e-mail e a comunicação por outras formas (telegrama, carta, etc.), quando ocorrer, constitui mera cortesia da unidade detentora do Processo Seletivo Simplificado.

5 - O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar na convocação para escolha de vagas na data estabelecida pela unidade, perderá o direito à contratação, sendo convocado o subsequente na ordem da Classificação Final.

6 - A contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde realizado por órgãos de saúde ou unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo constar se o candidato está apto a exercer as atribuições elencadas no Capítulo II deste edital.

7 - No caso de candidato estrangeiro, concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do estatuto de igualdade, após a contratação, deverá o funcionário apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes, cabendo aos órgãos de pessoal da Administração direta e Autárquica do Estado acompanhar os procedimentos de âmbito federal e a obtenção da naturalização pelo candidato contratado, adotando, ao final, as providências que se fizerem necessárias.

8 - O contrato será anulado pelo respectivo dirigente do órgão contratante, em caso de inexistência das declarações do contratado ou de irregularidades na documentação por ele apresentada, verificada a qualquer tempo.

9 - É vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa, com fundamento na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, ainda que para atividades diferentes, antes de decorridos 200 (duzentos) dias do término do contrato anterior.

10 - O Contrato por Tempo Determinado deverá ser celebrado no 1º dia útil subsequente à realização da anuência para escolha de vaga e o contratado deverá iniciar exercício no 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato.

11 - Todos os resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), tendo o candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações dos editais.

12 - O prazo de validade improrrogável do presente Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano a partir da data de publicação da Classificação Final ou antes de findo este prazo, em razão de homologação de Concurso Público para provimento no cargo correspondente na unidade em questão.

13 - Em caso de necessidade e conveniência da Administração Pública, os candidatos remanescentes da lista geral e especial poderão ser destinados eventualmente para outras unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde, inclusive em cidades diversas daquelas para as quais se inscreveram, em vagas que venham a surgir nas mesmas além das especificadas neste edital, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e respeitada a Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e desde que não mais existam candidatos habilitados nas correspondentes listas dos locais onde surgirem as aludidas vagas;

13.1 - A não anuência do candidato em assumir a vaga surgida em local diverso daquele escolhido quando da inscrição no Processo Seletivo Simplificado não ocasionará sua exclusão da lista, nem alterará sua ordem de classificação, permanecendo o candidato na lista de habilitados para o local que efetivamente concorrer.

14 - Para maiores informações entrar em contato pelo (s) telefone (s) (11) 2281-5141 no horário das 08:00 às 17:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados).

15 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado não cabendo recursos quanto à decisão proferida.

ANEXO

MODELO DE CURRÍCULO VITAE

I - DADOS PESSOAIS

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

TELEFONE RESIDENCIAL / CELULAR:

E-MAIL:

DATA DE NASCIMENTO:

NATURALIDADE:

ESTADO CIVIL:

SEXO: () FEMININO () MASCULINO

R.G.:

CPF:

Nº DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA CLASSE:

FILHOS: () NÃO () SIM QUANTOS: _____

II - FORMAÇÃO ESCOLAR OU ACADÊMICA, em nível de graduação, em instituição reconhecida pelo MEC (especificar Instituição Promotora, Ano de início e conclusão)

III - TÍTULOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (especificar a Instituição Promotora, ano de início e de conclusão).

DOUORADO:

MESTRADO:

OUTROS CURSOS:

IV - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (especificar local onde trabalhou, período, cargo ocupado, resumo das atividades desenvolvidas que guardem estreita relação com a área em que irá atuar)

V - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DIVERSOS NA ÁREA EM QUE IRÁ ATUAR

ANEXO OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS SUPRADECLARADOS.

DECLARO QUE ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO.

Assinatura

São Paulo, / /

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

UNIDADE: CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI

CARGO: MÉDICO I

ESPECIALIDADE: CLÍNICA MÉDICA

EDITAL Nº 65/2018

ABERTURA DE INSCRIÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Unidade supracitada, autorizada pela Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde,

por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, visando atender as determinações contidas na Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009, em seu Artigo 2º, inciso II, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, em despacho de 26/03/2018, publicado no D.O.E. de 27/03/2018, objetivando suprir necessidades de pessoal perante a contingência que desgasta da normalidade das situações cujo atendimento do serviço reclama satisfação imediata e sequenciada, incompatível com o regime normal de concursos, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para 04 (quatro) CONTRATAÇÃO(ÕES) POR TEMPO DETERMINADO - CTD (sendo, 04 para ampla concorrência e 00 para candidato com deficiência) no cargo de MÉDICO I, ESPECIALIDADE: CLÍNICA MÉDICA.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O presente Processo Seletivo obedece às regras expressas do Decreto nº 54.682, de 13/08/2009 e da Instrução Normativa – UCRH nº 02/2009.

2 - As inscrições serão recebidas no período de 13/08/2018 à 17/08/2018 das 8:00 às 17:00 horas (exceto sábados, domingos e feriados), na unidade detentora do certame, sito à Rua: Voluntários da Pátria, nº 4.301 – Mandaqui – São Paulo/SP - Gerência de Recursos Humanos – Núcleo de Recrutamento e Seleção.

3 - As contratações serão efetuadas em caráter temporário, com base na aludida Lei Complementar, pelo período de até 12 (doze) meses, ou até que os cargos correspondentes sejam providos, respeitando o limite estabelecido no Padrão de Lotação.

4 - Os vencimentos iniciais referentes ao cargo de MÉDICO I, ESPECIALIDADE: CLÍNICA MÉDICA em Jornada de 24 horas semanais de trabalho, estabelecida pela Lei Complementar 1.193/2013 corresponde a R\$ 3.291,30 (Três mil duzentos e noventa e um reais e trinta centavos) e demais vantagens pecuniárias, acrescido do Prêmio de Produtividade Médica no valor de ATÉ R\$ 4.160,00 (Quatro mil cento e sessenta reais), conforme legislação vigente.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

1 - São atribuições do cargo:

1.1 - -- Atendimento dos pacientes de demanda espontânea e referenciada nos consultórios, investigação e medicação dos casos pertinentes, reavaliação, alta com orientação e/ou internação;

1.2 - -- Atendimento dos pacientes de demanda espontânea e referenciada na sala de emergência clínica, investigação e medicação dos casos pertinentes, reavaliação, alta com orientação e/ou internação;

1.3 - -- Avaliação, evolução e prescrição médica dos pacientes internados e/ou observação no Pronto Socorro Adulto;

1.4 - --Acompanhamento dos pacientes em exames de urgência e transferência intrahospitalar que requeiram a presença do mesmo conforme protocolos de transporte da instituição;

1.5 - -- Solicitar exames emergenciais de pacientes críticos, de forma a otimizar a conduta das equipes multidisciplinares acionadas, agilizando os processos de intervenções clínico-cirúrgicas.

1.6 - -- Preencher adequadamente as informações referentes ao atendimento e acompanhamento do paciente no prontuário médico e impressos institucionais;

1.7 - -- Elaborar relatórios médicos de pacientes quando solicitado pela chefia imediata e Núcleo Interno de Regulação;

1.8 - -- Orientar e discutir casos com as equipes de apoio multidisciplinar quando solicitado interconsulta em impresso institucional e/ou verbalmente quando se tratar de pacientes na sala de emergência clínica e do trauma.

1.9 - -- Participação na visita técnica administrativa multiprofissional (referente aos pacientes internados e em observação) otimizando as condutas com a finalidade de reduzir tempo de permanência.

1.10 - Manter-se alinhado com a missão, visão e os valores da instituição, além da ciência de estar inserido em uma instituição de ensino com presença de estagiários, internos e residentes;

1.11 - Exercício de boa prática clínica:

Orientações estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde;

Utilização de registros de atendimento clínico;

Consenso sobre o diagnóstico e tratamento das patologias mais presentes no Pronto Socorro, seguindo os protocolos da instituição;

Avaliação externa da prática assistencial.

1.12 - Manter contato com familiares dos pacientes internados e/ou em atendimento no Pronto Socorro Adulto informando o estado de saúde dos mesmos nos horários estabelecidos pela instituição;

1.13 - Participação na orientação e acompanhamento de médicos residentes.

III - DAS INSCRIÇÕES E SEUS REQUISITOS

1 - São requisitos para inscrição:

1.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas do Artigo 12, §1º, da Constituição Federal;

1.1.1 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (Artigo 12, II, "a", da Constituição Federal) deverá apresentar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

1.1.2 - O estrangeiro que se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (Artigo 12, II, "b", da Constituição Federal) deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

1.1.3 - O candidato de nacionalidade portuguesa deverá comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do estatuto de igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

1.2 - Estar em gozo de boa saúde física e mental;

1.3 - Não possuir deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;

1.4 - Possuir 18 anos completos;

1.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral;

1.6 - Ter boa conduta;

1.7 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do Artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do Artigo 115 da Constituição Estadual;

1.8 - Possuir Graduação em Medicina;

1.9 - Possuir registro no Conselho Regional de Medicina;

1.10 - Possuir declaração de comparecimento e realização do Exame do CREMESP (somente candidatos graduados a partir de 2015), conforme Resolução SS-123, de 01/12/2015;

2 - No ato da inscrição, o candidato ou seu procurador deverá preencher a ficha de inscrição, apresentando:

2.1 - Originais e cópias de Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (caso não possua a numeração identificada no RG) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH vigente e com foto ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, quando for o caso, a fim de receber o PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO, devidamente numerado;

2.2 - Currículo, conforme modelo anexo, com documentos comprobatórios;

2.2.1 - Não haverá devolução dos currículos entregues pelos candidatos;

2.2.2 - Serão contabilizados para efeito de pontuação somente o conteúdo declarado no currículo cujo documento comprobatório seja entregue e que esteja dentro das especificações contidas no Capítulo VI deste edital.

3 - Não será realizada a inscrição de candidato que não apresentar os documentos exigidos no subitem "2.1" acima.

4 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio.

5 - No caso de inscrição por procuração, deverá ser apresentado o original do instrumento do mandato devidamente registrado em cartório e cópia simples, a qual ficará retida na unidade, e o RG original do procurador.

6 - A não comprovação dos requisitos constantes no item "1" e seus subitens, deste Capítulo, na ocasião da escolha de vagas, implicará na eliminação do candidato e na anulação de todos os atos decorrentes da sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado;

6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

6.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos, inclusive carteiras funcionais;

7 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou via Internet e nem fora do prazo previsto neste edital.

IV - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1 - Serão reservados 5% das vagas para candidatos com deficiência nos termos da Lei Complementar nº 683 de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932 de 08/11/2002, bem como Decreto nº 59.591 de 14/10/2013, desde que o número de vagas atinja o percentual estabelecido.

2 - O candidato com deficiência deverá declarar na Ficha de Inscrição o tipo de deficiência, devendo ainda:

2.1 - Apresentar, no ato da inscrição, original e cópia, a qual ficará retida na unidade, de laudo médico atestando o tipo de deficiência e o grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10;

2.1.1 - A validade do laudo médico a que se refere o subitem anterior, a contar do início da inscrição, será de 02 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 01 (um) ano nas demais situações.

3 - O candidato com deficiência deverá avaliar sua condição de participação no certame, com base nas atribuições elencadas no Capítulo II deste edital;

3.1 - Conforme estipulado no item "6" do Capítulo X deste edital, a contratação fica condicionada ao resultado do laudo da inspeção de saúde. Caso seja verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo postulado, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4 - As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

5 - O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservado ao candidato com deficiência, terá exaurido seus direitos especiais relativos à deficiência com relação ao Processo Seletivo Simplificado, seja qual for o motivo alegado.

6 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

7 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral com todos os candidatos, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência e será convocado nos termos do Artigo 7º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

V - DA ANÁLISE CURRICULAR

1 - O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise Curricular, conforme modelo anexo;

1.1 - A Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório.

VI - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DO CURRÍCULO

1 - Ao currículo serão atribuídos até no máximo 25 (vinte e cinco) pontos, na seguinte conformidade:

1.1 -- Título de Especialista emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB), na especialidade para qual concorre;

Valor: 5,00 pontos;

Comprovantes: Diploma ou Certificado de Conclusão, fornecido pela Instituição de Ensino.

1.2 -- Certificado de conclusão de Residência Médica em Programa Credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), na especialidade para qual concorre;

Valor: 4,00 pontos;

Comprovantes: Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido pela Instituição de Ensino.

1.3 -- Curso: ATLS (Advanced Trauma Life Support);

Valor unitário: 3,00 pontos;

1.4 -- Participações em Conferências, Congressos, Simpósios, Palestras, Seminários, Workshop, na especialidade para qual concorre (nos últimos 5 anos):

Valor unitário: 0,25 pontos por evento;

Valor máximo: 1,00 ponto.

Comprovante: Certificado/declaração de participação do evento.

1.5 --Experiência Profissional Comprovada em Serviço de Urgência e Emergência de no mínimo 12 (doze) meses;

Valor unitário: 3,00 pontos por ano (doze meses completos);

Valor máximo: 9,00 pontos.

1.6 -- Experiência profissional comprovada na especialidade para qual concorre:

Valor unitário: 1,00 ponto por ano (doze meses completos e não cumulativos);

Valor máximo: 3,00 pontos.

Na seguinte conformidade:

a) No caso de servidores, o atestado ou a declaração pública deverá ser assinado pelo Diretor da Unidade em papel timbrado, da instituição na qual o servidor se encontra atualmente subordinado, com os respectivos carimbos, relacionando todas as atividades desempenhadas;

b) No caso de não servidores, terá que ser apresentado obrigatoriamente, o atestado ou a declaração assinada pelo responsável legal da instituição, em papel timbrado da empresa ou com a declaração assinada pelo responsável legal da instituição, em papel timbrado da empresa ou com declaração da razão social relacionando todas as atividades desempenhadas ou registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) No caso de profissional AUTÔNOMO o atestado ou a declaração informando o período e a espécie do serviço realizado, que deverá ser assinada pelo próprio profissional, mediante apresentação de comprovante/recibo de prestação de serviços, ou comprovante de pagamento da Previdência Social ou (RPA), atestando a respectiva experiência e tempo de serviço na especialidade conforme as atribuições do cargo;

2 - Os certificados, certidões ou declarações dos títulos apresentados deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida, devendo estar devidamente identificados, carimbados e assinados pelo representante legal do órgão.

VII - DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 03 (três) pontos na avaliação curricular.

2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificações.

3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

4 - Os candidatos habilitados serão contratados seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

VIII - DO DESEMPATE

1 - Em caso de empate, a classificação resolver-se-á, favoravelmente, ao candidato que tiver pela ordem: 1.1 - Maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 03/10/2003 (Estatuto do Idoso);

1.2 - Maior idade (até 59 anos);

1.3 - Maior tempo de experiência em relação ao cargo / especialidade / área de atuação

1.4 - Escolaridade mais compatível em relação à atividade a ser desempenhada, quando cabível;

1.5 - Maior grau de escolaridade;

1.6 - Maiores encargos de família;

1.7 - Sido jurado (após 09/06/2008), nos termos do disposto no Artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689 de 09/06/2008;

1.7.1 - Este direito decorre do exercício da função de jurado a partir da vigência do dispositivo legal supra;

1.7.2 - O candidato deverá informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;

1.7.3 - O candidato deve estar ciente que no momento da escolha de vaga deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função;

1.7.4 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado e se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no momento da escolha de vaga, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2 - Em caso de permanência do empate, os candidatos empatados serão convocados pelo órgão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, através de publicação em Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), a participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação;

2.1 - O não comparecimento dos candidatos ao sorteio implicará na classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

IX - DOS RECURSOS

1 - O candidato poderá apresentar pedido de revisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, em duas vias (original e cópia), entregues e protocolados na unidade no horário das 10:00 às 15:00, conforme modelo contido no site da Coordenadoria de Recursos Humanos, <http://saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-recursos-humanos/homepage/acesso-rapido/concurso-publico-e-processo-seletivo/candidato/>, o qual também poderá ser retirado e preenchido junto à unidade detentora do certame;

2.1 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado terá prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do término do prazo de apresentação de recurso pelo candidato, para analisar e publicar no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) o resultado da solicitação do candidato.

3 - Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste edital ou que estejam fora do prazo estipulado no item "1" deste Capítulo.

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS